

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

“O ambiente para o fascismo existe no nosso país”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927

“The atmosphere for fascism exists in our country”: communists and the rise of dictatorship in Portugal, 1921-27

« L’ambience pour le fascisme existe dans notre pays » : les communistes et l’ascension de la dictature au Portugal, 1921-1927

“El ambiente para el fascismo existe en nuestro país”: los comunistas y el auge de la dictadura en Portugal, 1921-1927

Arturo Zoffmann Rodriguez
IHC-IN2PAST, Universidade Nova de Lisboa
azoffmann@fcsh.unl.pt

Resumo: Este artigo debruça-se sobre a interpretação do Partido Comunista Português (PCP) da crise da Primeira República e o ascenso do fascismo e da ditadura em 1921-1927. Os comunistas previram o colapso da democracia, abalada pela crise do pós-guerra. As direitas tentariam utilizar o exército para impor um regime autoritário, que colocasse todo o peso da crise nas costas dos trabalhadores. O PCP, porém, hesitou em chamar esta contrarrevolução de fascista, devido à sua estreita base social e à escassa mobilização da pequena burguesia. Este estudo põe em causa a visão generalizada na historiografia sobre as “confusões” e a “imaturidade” do PCP, que foi capaz de desenvolver uma análise bastante sofisticada da realidade portuguesa. Ao mesmo tempo, o artigo intervém nos debates sobre a autonomia dos partidos nacionais perante Moscovo na Internacional Comunista.

Palavras chave: Comunismo, fascismo, Primeira República, ditadura, Internacional Comunista

Abstract: This article examines the analysis of the Portuguese Communist Party (PCP) of the crisis of the First Republic and the rise of fascism and dictatorship in 1921-1927. The communists predicted the collapse of democracy, shaken by the post-war crisis. The right-wing would try to use the army to impose an authoritarian regime, which would make the workers pay for the crisis. The PCP, however, hesitated to call this counter-revolution fascist, due to its narrow social base and the limited mobilization of the petty bourgeoisie. This study calls into question the historiographical trend to dismiss the early PCP as a “confused” and “immature” organization, as the party was able to develop a sophisticated analysis of Portuguese society. At the same time, the article intervenes in debates on the autonomy of national parties vis-à-vis Moscow in the Communist International.

Keywords: Communism, fascism, First Republic, dictatorship, Communist International

Resumen: Este artículo analiza la interpretación del Partido Comunista Portugués (PCP) sobre la crisis de la Primera República y del ascenso del fascismo y la dictadura en 1921-1927. Los comunistas vaticinaron el colapso de la democracia, sacudida por la crisis de posguerra. La derecha intentaría utilizar el ejército para imponer un régimen autoritario, que obligaría a los trabajadores a pagar por la crisis. El PCP, sin embargo, dudó en llamar fascista a esta contrarrevolución, debido a su estrecha base social y la escasa movilización de la pequeña burguesía. Este estudio cuestiona la visión generalizada en la historiografía sobre las “confusiones” y la “inmadurez” del PCP, ya que fue capaz de desarrollar un análisis bastante sofisticado de la realidad portuguesa. Al mismo tiempo, el artículo interviene en los debates sobre la autonomía de los partidos nacionales frente a Moscú en la Internacional Comunista.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Palabras clave: Comunismo, fascismo, Primera República, Internacional Comunista

Résumé: Cet article analyse l'interprétation du Parti communiste portugais (PCP) sur la crise de la Première République et la montée du fascisme et de la dictature en 1921-1927. Les communistes prédisaient l'effondrement de la démocratie, ébranlée par la crise d'après-guerre. La droite tenterait d'utiliser l'armée pour imposer un régime autoritaire, qui ferait régler la note de la crise aux travailleurs. Le PCP hésitait cependant à qualifier cette contre-révolution de fasciste, en raison de sa base sociale étroite et de la mobilisation très limitée de la petite bourgeoisie. Cette étude remet en question l'opinion largement répandue dans l'historiographie sur les « confusions » et « l'immaturation » du PCP, qui était capable de développer une analyse assez sophistiquée de la réalité portugaise. Parallèlement, l'article intervient dans les débats sur l'autonomie des partis nationaux vis-à-vis de Moscou au sein de l'Internationale Communiste.

Mots clés: communisme, fascisme, Première République, dictature, Comintern

O Partido Comunista Português (PCP), criado em março de 1921, foi uma força relativamente fraca durante os seus primeiros anos de vida. Não pôde jogar um papel determinante nas turbulências que abalaram o país no pós-guerra e que terminaram por derrubar a Primeira República em 1926. A historiografia sobre o comunismo em Portugal tem tendido a enfatizar a debilidade do PCP, o seu “confusionismo” ideológico, as oscilações na sua orientação política e a sua falta de coesão interna nos seus primeiros anos de vida. Portanto, os historiadores geralmente não se têm interessado muito pela análise que os comunistas portugueses desenvolveram sobre a situação política do país nestes anos. Por exemplo, no contributo mais recente à historiografia sobre as origens do PCP, Adelino Cunha (2023) apresenta a primeira década de vida do partido como uma viagem tortuosa da “heterodoxia” anarquizante e confusa à “ortodoxia” marxista-leninista, sem dedicar grande atenção aos pontos de vista do partido sobre a realidade política nacional. Por sua vez, José Neves (2008), João Madeira (2012) e Pedro Pita (2021) estudaram o marxismo do PCP, mas as suas obras focam principalmente no período posterior à reorganização de 1929. Porém, como reconheceu José Pacheco Pereira, as análises do PCP dos anos 1920 surpreendiam pela sua “clareza e inteligência” (Pacheco Pereira, 2021, p. 43). Tratava-se da primeira tentativa de estudar a realidade portuguesa através de uma ótica coerentemente marxista, facto ignorado pela historiografia.

Este artigo reconstrói a visão comunista do ascenso do fascismo em Portugal, quer do PCP, quer da Internacional Comunista. Deste jeito, o artigo ilumina a história dos comunistas portugueses durante uma fase crítica da sua história, pondo à prova a percepção de um partido de ideologia “confusa”. Este estudo também enriquece a historiografia sobre a decadência da

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Primeira República e as origens do Estado Novo. Ao mesmo tempo, este estudo é um aporte às discussões (e.g., Dreyfus *et al.*, 2000) sobre o grau de centralização da Internacional Comunista, pois permite determinar a influência das secções nacionais (neste caso a portuguesa) na elaboração da linha do movimento comunista internacional em Moscovo. Apoiar-me-ei em fontes até agora desconhecidas dos arquivos da Internacional Comunista. O Arquivo de História Social da Universidade de Lisboa contém cópias de alguns destes materiais, enquanto a documentação completa se encontra no Arquivo Russo de História Político-Social em Moscovo (o antigo Instituto Marx-Engels-Lenine), que conserva o arquivo original da Internacional Comunista. Não me debruço aqui em detalhe sobre outros aspetos da política do PCP, como a sua estrutura interna ou as suas relações com os republicanos, pois tratarei estas questões num outro artigo.

O estudo começa reconstruindo a análise da Internacional Comunista sobre o ascenso do fascismo em Itália. Depois, debruça-se sobre a interpretação do jovem PCP da realidade política do Portugal do pós-guerra e sobre o potencial para o desenvolvimento do fascismo no país. Finalmente, contrastam-se as análises do PCP e da IC sobre o golpe de Estado de 28 de maio e sobre a natureza do novo regime. Embora o artigo foque nas ideias e perceções do PCP, liga-se a sua evolução intelectual à sua história política, pois sem a última se tornaria difícil compreender a primeira. Portanto, o artigo refere-se frequentemente ao contexto político geral de Portugal nos anos 1920 e à ação que o PCP desenvolveu nessa conjuntura.

A Internacional Comunista e o surto do fascismo, 1919-1922

A Internacional Comunista foi criada em março de 1919 num ensejo de grande efervescência na Europa e no mundo. Os bolcheviques acreditavam que a sua vitória na Rússia seria o prelúdio da queda do capitalismo a nível internacional, e criaram a Internacional Comunista (IC) para dirigir a revolução mundial. O ambiente no primeiro congresso da IC em março de 1919 era de enorme otimismo. Os revolucionários europeus deviam preparar-se para a tomada do poder no curto prazo. Os acontecimentos pareciam corroborar aquelas esperanças, pois umas semanas depois do congresso, na primavera de 1919, foram proclamadas repúblicas soviéticas na Hungria e na Baviera. O segundo congresso da Internacional Comunista, em julho de 1920, também deu mostras de grande euforia, embora o tom de Lenine e de outros dirigentes bolcheviques já era algo mais sóbrio. Com efeito, as revoluções na Hungria e na Alemanha

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

foram esmagadas no verão de 1919, e em muitos países as agitações do pós-guerra estavam a entrar em refluxo. Reconhecendo que as condições estavam a tornar-se mais adversas, Lenine dedicou aquele congresso a inculcar a paciência e a flexibilidade tática aos jovens partidos comunistas europeus (Fayet e Smith, 1919, pp. 112-115).

Os sintomas de esgotamento da revolução europeia tornar-se-iam muito mais patentes no terceiro congresso da IC, no verão de 1921. Naquela altura, os social-democratas, os adversários reformistas do comunismo, tinham-se reorganizado e reafirmavam o seu domínio sobre uma parcela do movimento operário. Em países como Itália, França ou Espanha as forças do proletariado mostravam-se divididas e esgotadas, o que era aproveitado pelos patrões para atacar as conquistas ganhas nos meses anteriores. Ainda mais alarmante, todavia, era a onda repressiva desencadeada contra a classe trabalhadora organizada, quer pelas autoridades, quer por grupos paramilitares (Tosstorff, 2016, pp. 159-173).

Este “terror branco” concentrou parte da atenção da IC durante os congressos de 1920-1921 e nos meses seguintes. A tática da “frente única”, que preconizava alianças defensivas com os social-democratas, respondia em parte à vaga repressiva, visando não só proteger as conquistas materiais dos trabalhadores, mas também a sua defesa física contra o terror branco. A necessidade de unir a classe operária parecia especialmente importante em Itália, onde as bandas fascistas de Benito Mussolini se lançaram contra as organizações operárias socialistas, comunistas, anarquistas e até republicanas e católicas. A IC criticou duramente os comunistas italianos por terem contribuído a dividir a classe trabalhadora perante a ofensiva fascista devido à sua recusa a colaborar com outros setores do movimento operário (Spriano, 1967, pp. 431-32).

Ora, se a IC se mostrava muito alerta perante o “terror branco”, não dedicou uma análise muito aprofundada ao novo fenómeno fascista que ia surgindo em Itália, e cuja originalidade passou despercebida inicialmente. O carácter do fascismo como movimento plebeu, de massas, baseado numa ideologia populista, e visando não apenas a repressão seletiva, mas a aniquilação do movimento operário no seu conjunto, não foi imediatamente reconhecido, sendo englobado genericamente como parte do terror branco. Tudo isto era compreensível na altura, pois o fascismo era um fenómeno novo. Leon Trotsky (1932) lembrava anos depois:

“O partido comunista italiano surgiu quase ao mesmo tempo que o fascismo. Mas as mesmas condições de refluxo revolucionário que levaram o fascismo ao poder, travaram o desenvolvimento do Partido comunista. Ele não se deu conta das dimensões do perigo fascista, embalava-se nas ilusões revolucionárias, e era irredutivelmente hostil à política da frente única

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

[...]. Nada de espantoso nisso: ele tinha somente dois anos. Ele não via no fascismo senão “a reação capitalista”. O Partido comunista não discernia os traços particulares do fascismo, que decorrem da mobilização da pequena burguesia contra o proletariado”.

A ênfase da IC nas táticas defensivas e unitárias seria ainda mais marcada no seu IV Congresso, em novembro de 1922, que coincidiria com a marcha triunfal de Mussolini a Roma e com a formação do seu primeiro governo. Verificava-se a derrota temporária do processo revolucionário do pós-guerra não só em Itália, mas na Europa toda (Wolikow, 2010, pp. 65-75). O relatório oficial sobre perspectivas no congresso, a cargo de Karl Radek (1922), frisava nos elementos originais do fascismo italiano, constatando a sua relevância para o resto do mundo. A novidade do fascismo jazia na sua base social de massas, mobilizando a pequena burguesia, e na sua ambição de esmagar todo o movimento operário:

“Vejo a vitória do fascismo não apenas como um triunfo das suas armas, mas a maior derrota que o socialismo e o comunismo sofreram desde o início deste período de revolução mundial. É uma derrota maior do que a da Hungria Soviética. [...] Se nos detivermos na afirmação banal de que a burguesia triunfou ali, não compreenderíamos algo extremamente importante [...]. Os fascistas representam a pequena burguesia, que chegou ao poder com o apoio da grande burguesia”.

Radek admitia que se tinha entrado numa fase contrarrevolucionária análoga à de 1849, com a diferença que naquela altura o capitalismo estava a desenvolver-se vigorosamente. No pós-guerra, o sistema estava em crise e a contrarrevolução, portanto, tornava-se ainda mais brutal e intolerante, mas também mais populista, no esforço de ampliar a sua base de apoio. O fascismo era considerado um fenómeno instável, pois a sua base social plebeia se rebelaria contra as políticas capitalistas de Mussolini. “A principal vantagem do fascismo”, o seu carácter de massas, “também representará a causa da sua morte” (Radek, 1922). Não se previam ditaduras totalitárias de longa duração, pois as contradições entre o programa do fascismo e a sua base social acabariam por desestabilizá-lo.

As análises posteriores da IC sobre o fascismo pegariam nesta interpretação de Radek. O fascismo tornar-se-ia uma das principais preocupações da IC nos anos seguintes, embora fosse considerado um fenómeno temporário. Um comunicado do Comité Executivo da Internacional Comunista (CEIC) explicava em janeiro de 1923:

Os Fascistas tomaram o poder em Itália. O regime parlamentar está anulado; a liberdade de imprensa foi destruída, até da imprensa burguesa semi-liberal; todo o poder legislativo, executivo e judiciário está concentrado nas mãos de uma pequena camarilha chefiada por Mussolini [...] apoiada por uma guarda pretoriana de cem mil homens armados.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

O comunicado alertava que este fenómeno não se limitava a Itália. Ligava-se o ascenso desta nova força à crise económica do pós-guerra. Desejando colocar o peso da crise nas costas da classe trabalhadora, a burguesia via-se obrigada a esmagar o movimento operário:

“Em todos os países há uma pequena burguesia frustrada, que sofre as consequências da guerra, e espera, mesmo em vão, que o Fascismo traga ordem e melhore as suas incertas condições de existência. Em cada país há uma grande burguesia agrária e industrial que fornece apoio direto ao Fascismo, conjuntamente com o aparelho do Estado. Para reestabelecer a economia capitalista destruída pela guerra imperialista, a burguesia internacional não só reduz as condições de vida dos trabalhadores até à miséria e à fome, mas tenta esmagar totalmente a consciência da classe operária e a sua vontade de se safar da sua miséria. Tenta fazer isto através do Fascismo”¹.

O panorama da reação europeia foi tornando-se mais complexo nos meses seguintes. O golpe de Estado do General Primo de Rivera em Espanha em setembro de 1923 tinha traços mais tradicionais, de uma contrarrevolução “por cima”, baseada no exército. No primeiro balanço do golpe, o relator da IC evitava motejar Primo de Rivera de fascista, descrevendo um regime militar convencional, enquanto o comunista espanhol Joaquim Maurín destacava que Primo de Rivera “tentava imitar” o regime de Mussolini, institucionalizando as guardas cívicas da burguesia, usando uma linguagem populista que visava mobilizar a pequena burguesia e concentrando todo o poder nas suas mãos². Com efeito, a interpretação comunista sobre fenómenos contrarrevolucionários mais tradicionais, nomeadamente o golpismo militar, era relativamente ambígua, não ficando claro se o militarismo podia categorizar-se como fascismo. Esta ambiguidade, como veremos, viria à tona também no caso português.

“As ditaduras hão de vir”

Não é de admirar que os comunistas portugueses se interessassem bastante cedo pela ameaça do fascismo. Desde a sua proclamação em 1910, pairava sobre a República a ameaça de uma contrarrevolução conservadora e até da restauração monárquica (Palacios, 2012, pp. 75-98). A intervenção portuguesa na Primeira Guerra Mundial só aprofundou esta instabilidade, gerando novas divisões entre as diferentes frações da burguesia. Para além disso,

¹ “War against Italian Fascism!”, *International Press Correspondence*, VI série, vol. 3, 15 de fevereiro de 1923.

² Albert, R., “The Military Dictatorship in Spain”, *International Press Correspondence*, III série 3, n. 52, 27 de setembro de 1923.

Maurín, “The New Spanish Fascism”, *International Press Correspondence*, III série, n. 52, 27 de setembro de 1923.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

a espiral inflacionária da guerra radicalizou o movimento operário. A ditadura de Sidónio Pais no último ano da guerra unificou as diferentes fações da classe dominante, fazendo com que o proletariado arcasse com o peso da crise. Mas o regime sidonista ruiu após o armistício e o assassinato do ditador. Paradoxalmente, a tentativa de restauração monárquica de janeiro de 1919 supôs um balão de oxigénio para os republicanos, que esmagaram os monárquicos e estabeleceram a “Nova República Velha” (Telo, 1977: 140-157). Contudo, este regime era fraco, abalado pela esquerda, com uma onda de greves sem precedentes, mas também pela direita, com a reorganização dos conservadores, a ofensiva do patronato e a proliferação de complots no exército. O pano de fundo destas turbulências era a profunda crise do pós-guerra, com a acumulação do défice orçamental, a desvalorização do escudo e a inflação, ao que se acrescentava o impacto psicológico da guerra e o efeito polarizador da Revolução russa (Telo, 1980, vol. 1: 51-67). Capturando o pessimismo generalizado sobre o futuro da democracia, o republicano conservador Cunha Leal (1926: 187) diria em dezembro de 1923: “As ditaduras hão de vir, quer queiram quer não, pela força inevitável dos acontecimentos”

O movimento operário português lidou desde as suas origens nos tempos da monarquia com a repressão estatal e patronal. A proclamação da República não mudou fundamentalmente a situação. O novo regime declarou o estado de sítio para abafar a primeira greve geral da história de Portugal em janeiro de 1912. O sidonismo, porém, mostrou-se ainda mais intolerante do que os governos republicanos, e revelou o perigo que supunham as ditaduras de direita para o operariado (Palacios, 2011, pp. 211-260). As experiências da classe trabalhadora nos anos 1910, contudo, não deram azo a um quadro teórico coerente, que permitisse compreender a crise da República, nem entre os anarquistas e sindicalistas (Freire, 1992, pp. 322-360) nem entre os socialistas (Martins, 2005, pp. 24-27). Isto conduzia a reviravoltas táticas. O movimento operário era empurrado de um lado a outro ao sabor do momento, ora à união com os republicanos contra a direita, ora contra eles (Telo, 1980, vol. 1: 94-105, 143-62; Pereira, 2010, 421-440).

O PCP foi a primeira organização que tentou analisar a fundo a conjuntura política de Portugal baseando-se no marxismo, e começando, portanto, pelo estudo da estrutura económica nacional. Estas análises estão estreitamente ligadas à figura de Carlos Rates, operário autodidata, pioneiro do movimento sindical alentejano, editor do órgão do PCP, *O Comunista* desde 1921, e o seu secretário-geral em 1923-1925. Formado no sindicalismo revolucionário clássico, evoluiu gradualmente para o marxismo durante uma polémica prolongada com o

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

anarquismo e sob a influência da Revolução russa (Pina, 2018: 43-73, 132-136). Como explicaremos, estas interpretações também seriam influenciadas pela IC, embora de forma bastante desigual, já que o PCP era uma seção de importância secundária cujo contato com Moscovo era intermitente. Por sua parte, o PCP também moldaria a visão de Moscovo sobre a realidade portuguesa.

Os comunistas portugueses consideravam Portugal um país extremamente atrasado, “combalido [*malingre*]”, até duvidando em defini-lo como capitalista³. “Em Portugal”, escrevia Carlos Rates à IC em 1925, “o capitalismo, no sentido pleno da palavra, não existe, porque a concentração industrial não se concretizou, os trustes e os cartéis ainda não existem”⁴. Surpreendentemente, Rates chegaria a afirmar que “Portugal não tem condições económicas para fazer a Revolução”⁵. A maioria da população urbana, um 38% da população (2.280.000 pessoas), segundo Rates, não era genuinamente proletária:

“Em Portugal, a indústria está muito fragmentada. Há 65 mil empresas, mas 52 mil empregam apenas de 1 a 10 trabalhadores, e 15 empregam cada uma cerca de mil. A população ativa é de um total de 900.000 trabalhadores. O artesanato ainda não desapareceu e os trabalhadores estão espalhados em pequenos núcleos em centenas de aldeias, o que os impede de se conectarem e formarem sindicatos fortes”⁶.

A economia portuguesa era “inteiramente dependente”, importando “produtos alimentares e matérias-primas para a indústria do estrangeiro”. “Pela sua localização geográfica”, escrevia Rates, “Portugal é muito vulnerável aos golpes das potências estrangeiras, especialmente da Inglaterra e Espanha”⁷. Ora, até finais dos anos 1920 os comunistas não dedicariam especial atenção aos manejos das grandes potências. Foi durante o “terceiro período” da IC, quando guinou para a extrema-esquerda, com uma forte ênfase no combate ao imperialismo britânico, que os comunistas começariam a apresentar Portugal como uma semicolónia da Inglaterra (Neves, 2008, pp. 136-39). Do mesmo jeito, nos seus primeiros anos, o PCP não se debruçou sobre o papel económico das colónias no desenvolvimento do capitalismo português, nem agitaram muito pela sua libertação.

³ Rossiskii Gosudarstvennii Arhiv Sotsial’no-Politicheskoi Istorii (RGASPI, Moscovo), [fond] 495/ [opis’] 179/[delo] 1/ [listok] 14, “Le gouvernement des ouvriers et paysans”, março de 1923.

⁴ Arquivo de História Social (AHS, Lisboa), *Fundo da Internacional Comunista*, [caixa] 6/[maço] 116/[documento] 196, “Rapport sur la situation générale”, 31 de março de 1925.

⁵ RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthétique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

⁶ AHS-IC, 6/116/196, “Rapport sur la situation générale”, 31 de março de 1925.

⁷ *Ibidem*.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Contudo, o PCP admitia a relativa modernização do capitalismo nacional durante a guerra: “A primeira tentativa de formar um «trust» foi feita [durante a guerra] pela Moagens, o consórcio da panificação, proprietário da grande imprensa portuguesa”⁸. As análises posteriores desenvolveriam a ideia que a guerra tinha impulsionado a concentração e a modernização do capitalismo português, sobretudo após a formação em setembro de 1924 da União dos Interesses Económicos, “instrumento [...] dos magnates da finança, grandes proprietários e comerciantes”⁹.

A grande maioria da população vivia no campo. “O país é essencialmente agrícola”, compondo a população rural um 62% do total, 3.270.000 pessoas, segundo os dados do partido. A estrutura da agricultura, porém, era desigual. O verdadeiro campesinato estava concentrado no Norte e no Algarve, enquanto o Alentejo era uma terra de latifundiários e trabalhadores agrícolas. Esta divisão era também política. Os diaristas alentejanos tinham “uma tradição revolucionária e sindicalista”.¹⁰ Por outro lado, os pequenos camponeses, eram mais conservadores. “A nossa população camponesa é muito religiosa, sobretudo no Norte”, dizia-se num relatório a Moscovo. Nas aldeias “só os padres têm alguma influência”¹¹. Ora, o PCP ressaltava que o tamanho das propriedades agrícolas estava diminuindo, empobrecendo o campesinato.

Ofereceram-se os seguintes dados à IC:

DIVISÃO DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA

Grandes e médios proprietários: 200.000

Pequenos proprietários: 400.000

Agricultores: 600.000

Trabalhadores agrícolas: 300.000

Total: 1.500.000

PROPRIEDADES

1913: 10.625.426

1916: 10.690.588

1919: 10.699.779

[Portugal] é um país de pequena propriedade.

⁸ AHS, 6/104/184, “Rapport du comité executif des partisans de l’ISR”, 31 de maio de 1924.

⁹ RGASPI, 495/179/2/1/27, “Aos operários” (panfleto sem data, finais de 1924).

¹⁰ AHS-IC, 1/1/1, Jules Humbert-Droz, “Notre intervention le mois d’aout” (sem data, outono de 1923).

¹¹ RGASPI, 495/179/3/4, Carlos Rates, “Enquête sur la situation de la femme paysanne au Portugal” (sem data).

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

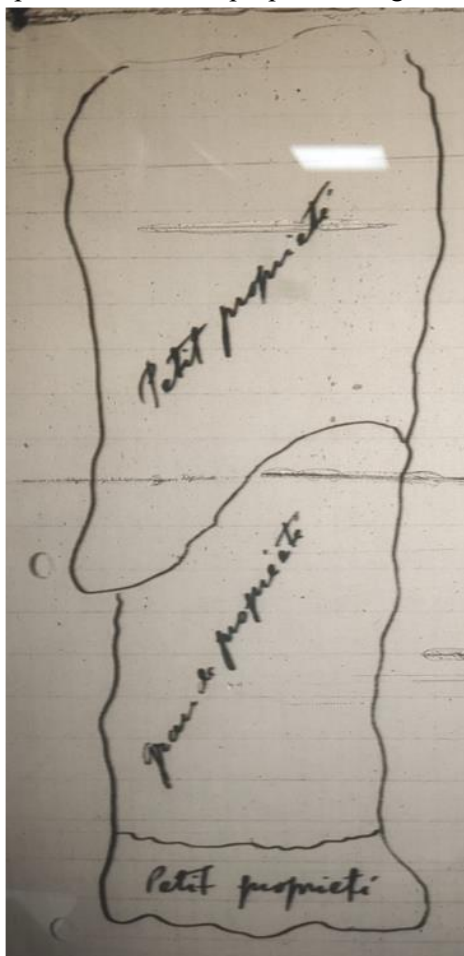
OS PROPRIETÁRIOS

1890: 430.026

1910: 524.127

1922: 600.000¹²

Figura 1. Mapa da estrutura da propriedade agrária em Portugal.



Fonte: Carlos Rates. RGASPI, 4951/179/3

Um relatório extenso escrito pelo funcionário francês da IC André Marty em 1932 sintetizava muitas das ideias desenvolvidas pelo PCP nos anos anteriores:

“Portugal é um país agrário com um desenvolvimento capitalista médio, que mantém fortes sobrevivências feudais. Uma parte significativa da superfície do país pertence aos latifundiários, que em certas regiões (Alentejo, Extremadura, parte da Beira Baixa) possuem quase a totalidade das terras. Há milhões de pequenas propriedades camponesas que são exploradas com métodos primitivos e a maioria dos seus proprietários são semiproletários que, para satisfazer as suas necessidades, ainda têm de trabalhar como trabalhadores agrícolas. As

¹² AHS-IC, 6/106/188, Rates à Internacional Sindical Vermelha (ISV), 24 de outubro de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

sobrevivências servis da Idade Média (diferentes formas de corveia, parceria, salários em espécie), desempenham um papel importante no campo. Portugal não tem indústria pesada e quase todos os ramos importantes da sua indústria ligeira e extrativa [...], bem como os transportes, estão nas mãos do capital inglês”¹³.

Sobre esta base económica, erguia-se uma superestrutura política instável. “As revoluções políticas”, escrevia um comunista português em 1922, “sucedem-se e as camarilhas de políticos vão se substituindo no poder, pensando só nos seus interesses pessoais”¹⁴. Ao mesmo tempo, a fraqueza (ou inexistência) do capitalismo significava que “o Estado entre nós é tudo ou quase tudo”. “Há indústrias que só vivem mercê do seu patrocínio; há bancos que funcionam com o seu dinheiro; há empresas que com os seus descuidos realizam os maiores negócios”. Sendo a classe dominante tão dependente do Estado, as diferentes fações da burguesia eram empurradas à luta pelo controlo do governo¹⁵. A vida política era dominada por pequeno-burgueses ao serviço de diferentes fações do grande capital e que dependiam da fraude eleitoral para manter-se no poder.

“Os deputados são maioritariamente de classe média – advogados, médicos, oficiais do exército e da marinha. [...] Os programas dos partidos são quase todos a mesma coisa. [...] Além disso, há uma grande abstenção eleitoral. Em Lisboa, apenas 18% dos eleitores recenseados votam”¹⁶.

O regime de 1910 era definido como uma “República de opereta, que tem levado ao fastígio do poder as nulidades quando não os videirinhos, que em vez de exercitar a democracia, rompem umas vezes em arrancos demagógicos contra a Direita e doutras em actos arbitrários contra a Esquerda”. Era uma democracia “mutilada”. Tinha herdado o velho aparelho estatal monárquico, sobretudo a alta patente militar, não sabendo “democratizar o exército, torna-lo popular”, e preparando o terreno para o golpismo militar.

“Em Portugal as intencionas são muito fáceis: basta ter conquistado algumas dezenas de gendarmes ou suboficiais do exército para tentar fazer durante a noite o que chamam de “revolução”. A República Portuguesa nos catorze anos da sua existência viu cerca de cinquenta ministérios e muitos golpes”¹⁷.

¹³ AHS-IC, 1/3/46, André Marty ao PCP, 29 de outubro de 1932.

¹⁴ A. Z., “The Situation in Portugal”, *International Press Correspondence*, II série, n. 98, 13 de novembro de 1922.

¹⁵ “No caminho da revolução”, *O Comunista*, 6 de março de 1924.

¹⁶ RGASPI, 495/179/21, Rates à IC (sem data, finais de 1924).

¹⁷ AHS-IC, 6/116/196, “Rapport sur la situation générale”, 31 de março de 1925.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

As medidas repressivas contra o proletariado minaram a sua base de apoio e fortaleceram os setores golpistas na polícia e no exército¹⁸. O golpismo demonstrava que “a decomposição do regime é extrema”, pois “os golpes de Estado sucessivos [...] desmoralizaram tudo, corroeram até a medula a disciplina”¹⁹. Ora, a estrutura do exército era complexa. Na alta patente, predominavam os “adeptos da maneira forte”, nas camadas inferiores encontravam-se “sinceras dedicações pela democracia”, enquanto os soldados eram “párias, miseráveis” que podiam ser ganhos ao comunismo²⁰.

Escrevendo em 1927, a IC inspirava-se nas interpretações dos comunistas portugueses para definir a revolução republicana de 1910 como uma revolta da nova burguesia contra a classe dominante tradicional da monarquia, os latifundiários. Refletindo o atraso do país, o protagonista do 5 de outubro era “uma burguesia relativamente fraca, subdesenvolvida e, inicialmente, sem grandes divisões internas”, baseada “na mediana e até a pequena indústria”. Todavia, a IC reconhecia que “durante a guerra, deu-se um processo de diferenciação no seio da burguesia”, surgindo uma grande burguesia moderna em pugna com a burguesia média tradicional e os agrários, com o exército tornando-se “num fator independente” que aproveitava os antagonismos das classes possuidoras. Explicavam-se deste jeito “os numerosos golpes e intentonas [...] que à primeira vista parecem obscuros e confusos”²¹.

A crise do pós-guerra

A crise do pós-guerra agravou todas as dificuldades económicas e políticas do país. Para além da recessão que alastrou pela economia mundial após o armistício, Portugal teve de defrontar uma crise financeira muito grave, agudizada pelo descontrolo orçamental e a desvalorização do escudo:

“A situação do Estado em Portugal é verdadeiramente catastrófica. As receitas que, em 1914, eram de 72 mil contos, e as despesas de 75 mil contos, são atualmente de 420 mil e 780 mil contos respetivamente. O enorme défice é assim de 360 mil contos que o Estado gostaria de eliminar cobrando ao povo novos impostos que aumentariam enormemente o custo da vida”²².

¹⁸ RGASPI, 495/179/3/12, “Ao proletariado!”, outubro de 1925.

¹⁹ “A decomposição do regime”, *O Comunista*, 14 de fevereiro de 1925.

²⁰ “Contra a ditadura das direitas”, *O Comunista*, 16 de fevereiro de 1924.

“A tropa, a multidão”, *O Comunista*, 22 de março de 1924.

²¹ Aquila, Giulio, “Military Revolt in Portugal”, *International Press Correspondence*, VII série, n. 14, 17 de fevereiro de 1927, p. 285.

²² AHS-IC, 6/104/184, “Rapport du comité executif des partisans de l’ISR”, 31 de maio de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

“Quando lembrarem que somos um país de importadores é que compreenderão os efeitos desta desvalorização”. “A vida é muito difícil, e ao mesmo tempo o Estado está a ser levado à bancarrota”. Mas a inflação golpeava sobretudo a classe trabalhadora e as classes médias:

“Os preços dos produtos de primeira necessidade estão no nível mais elevado. O custo de vida é pelo menos 32 vezes superior ao de 1914. Esta situação ameaça agravar-se cada vez mais, não só pelas razões acima expostas, mas também devido à desvalorização do escudo. Antes da guerra, a libra inglesa valia cerca de 5 coroas de ouro. Atualmente vale 170 coroas de ouro. Os salários são geralmente inferiores ao custo de vida e, mesmo antes da guerra, os salários dos trabalhadores em Portugal já eram os mais baixos de toda a Europa”²³.

“Portugal é um país de salários de fome”, lamentava o PCP. Nos seus relatórios à IC, o PCP ilustrava com dados a pobreza do proletariado português:

Custo de vida:

Portugal 100

Espanha 126

França 158

Salários:

Portugal: 100

Espanha 234

França 266²⁴

O facto determinante da sociedade portuguesa era, portanto, o rápido empobrecimento da grande maioria social, incluindo o campesinato e o artesanato, gerando-se um ambiente de raiva e frustração que, por sua vez, agravava a instabilidade política e privava à República de qualquer base social sólida. Apesar de Portugal pertencer formalmente às potências vitoriosas, assemelhava-se mais a um país derrotado. “Neste momento, em Portugal”, escrevia Rates num relatório à IC, “há uma situação semelhante à de França após a derrota de Sedan, à da Hungria e da Baviera em 1919”. Acrescentava:

“A fragmentação e a indisciplina das forças políticas burguesas e do exército e da marinha são extremas. No parlamento, oito grupos políticos travam lutas violentas. Ninguém tem maioria para assumir muito poder. A situação financeira é extremamente grave. [...] As empresas fracas são fechadas e os empresários são proletarizados. A desconfiança leva à emigração de capitais para o estrangeiro, complicando ainda mais a situação”²⁵.

²³ AHS, 6/104/184, “Rapport du comité executif des partisans de l’ISR”, 31 de maio de 1924.

²⁴ RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthetique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

²⁵ RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthetique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Fascismo e contrarrevolução em Portugal

Desde a sua criação em 1921, o PCP denunciou insistentemente os “movimentos conservadores” que desejavam “inaugurar uma era de terror branco”, mas o fenómeno fascista e a sua relevância para Portugal não foi analisado detalhadamente até 1923²⁶. Um dos poucos documentos aprovados no primeiro congresso do PCP, em novembro de 1923, debruçava-se sobre o perigo fascista. As teses afirmavam que “a Europa do pós-guerra defronta o perigo do fascismo [que] é um fenómeno que caracteriza a época em que vivemos”. O documento culpava a “alta burguesia” pelo desenvolvimento do fascismo, mas identificava a sua base social na “multidão descontenta” composta pela pequena burguesia e “muitos setores do proletariado”. As teses acrescentavam que na “combalida” sociedade portuguesa “há ainda outros fatores que favorecem o triunfo do fascismo”, enumerando a “desesperada situação financeira”, o “desencanto com a democracia e os seus processos formalistas”, “a fragmentação dos partidos políticos constitucionais” e, finalmente, “a ausência de forças revolucionárias proletárias [orientadas] à conquista do poder político”. O documento concluía constatando que “o ambiente propício ao desenvolvimento do fascismo existe no nosso país”²⁷.

Contudo, as teses não eram fatalistas. “Este mesmo ambiente também pode favorecer a tomada do poder do proletariado”. Consequentemente, o documento tirava a conclusão de que o fortalecimento do PCP e a difusão do seu programa poderiam “conquistar as multidões descontentas”, travar o perigo fascista, e levar o país à “revolução social”²⁸. “O proletariado português tem de prevenir-se contra o fascismo, tomando-lhe a dianteira, congregando todas as suas forças, hoje dispersas”, alertava *O Comunista*²⁹. A conquista da pequena burguesia, “a metade da população do continente”, “é para o proletariado uma questão de vida ou de morte”³⁰. Até 1926, o PCP sempre insistiu que existiam as condições para a revolução. “Portugal é sem dúvida um país em situação revolucionária”, escrevia Rates à IC em agosto de 1924³¹. A IC chegou a ecoar estas impressões, afirmando o seu funcionário, H. Dupuy

²⁶ “Contra a reacção”, *O Comunista*, 30 de outubro de 1921.

²⁷ RGASPI, 495/179/1/14, “Le gouvernement des ouvriers et paysans”, março de 1923.

²⁸ Ibid.

²⁹ “O fascismo e o governo operário”, *O Comunista*, 15 de julho de 1923.

³⁰ “Contra o movimento das direitas”, *O Comunista*, 14 de fevereiro de 1925.

³¹ RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthetique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

(seguramente o italiano Vittorio Codovilla), após uma visita a Portugal, que “existem de facto condições objectivas revolucionárias em Portugal”³².

O único desfecho inevitável era o colapso do regime democrático, substituído pela ditadura aberta da burguesia ou pela ditadura do proletariado. “A Democracia está inexoravelmente condenada, aqui como em toda a Europa latina”, dizia o órgão do partido³³. “A democracia não tem possibilidade de salvar-se”, colocando-se perante o país a perspectiva de “ou ditadura da direita, ou ditadura da esquerda”³⁴. O PCP ecoou as declarações “profundamente verdadeiras” antes mencionadas de Cunha Leal sobre a inevitabilidade da ditaduras³⁵. A grande preocupação dos comunistas era a “inexperiência” e “carência de educação marxista” do movimento operário português, derrotado após os abalos de 1917-1920³⁶. “Depois de 1920, quase todas as greves fracassaram”, escrevia Carlos Rates³⁷. Estas constatações levariam o PCP a fugazes arroubos pessimistas. A ditadura burguesa, chegou-se a dizer, “trunfará inevitavelmente porque não há uma coligação operária séria”³⁸. Porém, os comunistas portugueses (como os italianos e a própria IC) nunca previram uma ditadura estável e de longa duração, considerando que a hipotética “ditadura das direitas” estaria pragada de contradições e seria incapaz de resolver o principal problema do Estado português, nomeadamente a crise financeira.

Apesar que, como veremos, a definição da ameaça da ditadura mudaria várias vezes na análise dos comunistas, a tarefa principal do PCP em 1923-1926 sempre seria a mesma: mobilizar-se contra a reação, não em nome da democracia, mas em “defeza das camadas populares, guiando-as ao domínio da situação”³⁹. Subjazia à análise do PCP a consideração otimista que a grande maioria da população, até os pequenos proprietários mais “atrasados”, poderiam ser ganhos ao programa comunista. “O partido comunista”, dizia-se numa carta à IC, “tem muitas possibilidades de fazer um bom trabalho se tiver cuidado de não atacar as crenças religiosas dos camponeses, especialmente no Norte do país”⁴⁰.

³² Dupuy, H., “Carta aberta”, *O Comunista*, 14 de fevereiro de 1925.

³³ “A falência da Democracia”, *O Comunista*, 15 de outubro de 1923.

³⁴ “A tentativa de 10 de dezembro”, *O Comunista*, 20 de dezembro de 1923.

³⁵ “A ditadura militar”, *O Comunista*, 20 de dezembro de 1923.

³⁶ “Contra a ditadura das direitas”, *O Comunista*, 12 de fevereiro de 1924.

³⁷ AHS-IC, 6/107/187, Rates à ISV, 12 de outubro de 1924.

³⁸ “Ditadura e democracia”, *O Comunista*, 23 de fevereiro de 1924.

³⁹ RGASPI, 495/179/3/12, “Ao proletariado!”, outubro de 1925.

⁴⁰ RGASPI, 495/179/3/4, Carlos Rates, “Enquête sur la situation de la femme paysanne au Portugal” (sem data).

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Como aconteceu noutros países, as tendências autoritárias alastraram entre o patronato e as direitas portuguesas (Rosas, 1989, pp. 102-113). O PCP apropriou-se do popular conceito das “forças vivas” para definir o amplo bloco contrarrevolucionário da época, cujo estímulo fundamental vinha da União dos Interesses Económicos, mas que tinha numerosos pontos de apoio no Estado e na sociedade civil. Em outubro de 1925, o PCP definia assim a coligação reacionária:

“As direitas ensaiam neste momento um acto de força que lhes dê a posse do poder [o que] será a mudança contra todas as tendências da liberdade, será o aniquilamento de todas as conquistas do proletariado: o direito de associação, o direito de greve, a jornada de 8 horas, etc. Todas as reacções –o catolicismo intolerante, as direitas republicanas e monárquicas, a plutocracia dinheirona e um certo numero de grandes militares– estão entendidos na conjura. [...] O golpe preparado pelas direitas não visa apenas os comunistas, os sindicalistas ou os sociais-democratas. Visa também os republicanos da esquerda, cuja ideologia, sob tantos pontos de vista, contradiz a nossa”⁴¹.

O PCP diferenciava a ditadura que estava a ser preparada dos governos autoritários de João Franco, Pimenta de Castro ou Sidónio Pais, que “tiveram todo o carácter de ditaduras de pessoas e não é esse o caso hoje [...]. O que está na forja [...] é uma ditadura de classe, uma ditadura de defeza dos interesses burgueses”⁴².

Ora, a situação portuguesa tinha algumas peculiaridades. Em Itália, foi uma milícia civil a esmagar o movimento operário e a tomar o poder em novembro de 1922, o que representava o traço distintivo do fascismo. Em Espanha, o golpe de Estado do General Primo de Rivera foi precedido por uma fase de violências protagonizadas sobretudo por forças plebeias, como os sindicatos contrarrevolucionários de Ramón Sales e a guarda cívica burguesa do Somatén. Em Portugal, o principal ariete da contrarrevolução era o exército, num grau bastante maior do que em Itália e Espanha. Embora houvesse episódios de terrorismo de direita e de mobilizações conservadoras e de fura-greves, e embora a direita portuguesa se reorganizasse sobre bases intolerantes e autoritárias nestes anos, em Portugal a contrarrevolução apostou sempre pelo oficialato conservador e não se verificaram movimentos reacionários de massas das dimensões dos países vizinhos (Albanese, 2016, pp. 106-176).

Por este motivo, as análises do PCP sobre o perigo contrarrevolucionário em Portugal apresentam uma certa ambiguidade sobre se a ameaça podia ser definida como fascista. Com

⁴¹ RGASPI, 495/179/3/15, “Contra a ditadura das direitas!” (sem data).

⁴² “Ditadura e democracia”, *O Comunista*, 23 de fevereiro de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

efeito, dois anos após a aprovação das teses sobre o fascismo de março de 1925, os representantes do partido faziam declarações surpreendentes à Internacional Sindical Vermelha (ISV), braço sindical da IC:

“Dissemos que a situação económica, financeira e política é má. Os industriais querem aproveitar isto para escravizar o proletariado português ainda mais do que antes. Mas não existe um verdadeiro fascismo. Nenhuma organização fascista foi criada. Além disso, o desenvolvimento do capitalismo em Portugal é tão limitado que não pode existir um governo fascista. Este é um período instável em que as forças da direita querem chegar ao governo”⁴³.

Malgrado o tom categórico destas afirmações, não havia um verdadeiro consenso nas fileiras do partido. Era claro, como reconhecia o relatório, que “as direitas” estavam tornando-se mais agressivas. Mas não havia uma definição exata da natureza da ameaça ditatorial. Augusto Machado, principal quadro da corrente comunista da Confederação Geral do Trabalho, justificava, num relatório em castelhano, a participação do partido nas manifestações da esquerda da maneira seguinte:

“Hemos prestado nuestro concurso a esas manifestaciones pues, tratándose de movimientos de masas contra uno sector de la reacción burguesa, estimamos útil acercarnos de la masa, excitando las discordias políticas de los partidos burgueses y aprovechando así los restos del liberalismo democrático de algunos delles [sic], para crear una atmosfera de oposición al establecimiento de una dictadura reaccionaria, puerta abierta para el triunfo fácil del fascismo”⁴⁴.

Resultava evidente que a contrarrevolução portuguesa carecia da base ampla e altamente mobilizada que tinha em Itália, e que qualquer tentativa séria de impor a ditadura faria face à resistência popular. Dizia Carlos Rates em maio de 1924:

“Todos os problemas, sejam políticos ou económicos [...] provocam a excitação da burguesia, que teme que o descontentamento possa transformar-se num movimento revolucionário [...]. Estas lutas podem ser o sinal para acender a pólvora e a revolta é aqui temida pelos reacionários de todas as tendências. Os grupos reacionários querem estabelecer um regime como o de Primo de Rivera ou Mussolini. É preciso considerar que a ideia de ditadura militar defendida e propagada pelos políticos burgueses só encontra neste país a hostilidade da população. Assim, as notícias dos preparativos para um golpe de Estado (meados de fevereiro de 1924) produziram grande excitação entre as massas”⁴⁵.

⁴³ AHS-IC, 6/116/196, “Rapport sur la situation générale”, 31 de março de 1925.

⁴⁴ AHS-IC, 6/105/185, Machado à ISV, 17 de abril de 1925.

⁴⁵ AHS-IC, 6/104/184, “Rapport du comité executif des partisans de l’ISR”, 31 de maio de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Uns meses mais tarde, em outubro de 1924, a análise de Rates evoluía ao constatar que a oposição à ditadura conservadora era monopolizada pelos republicanos de esquerda, com os que o PCP colaboraria em diversos ensejos:

“As associações patronais da indústria, do comércio e da agricultura encaram [a crise económica] organizando um movimento com objetivos políticos e revolucionários [sic], exigindo o poder para os seus representantes. Eles têm o apoio dos monarquistas e dos católicos e de algumas forças militares. Por outro lado, os republicanos radicais e outros elementos descontentes preparam a sua revolução [sic] com o apoio dos marinheiros e outras unidades militares”⁴⁶.

Realmente, como já foi frisado, a ambiguidade sobre se o golpismo militar podia ser colocado no mesmo saco com o novo movimento inaugurado por Mussolini também estava presente nas análises da IC, o que não é de admirar devido à originalidade do fenómeno. Nos documentos da IC, o fascismo era identificado com a nova direita radical do pós-guerra, mas também com quaisquer tendências militaristas e golpistas e até genericamente com as políticas repressivas, mesmo sob governos liberais e social-democratas (Rosenhaft, 2008, p. 60). Talvez a síntese mais equilibrada nestas diferentes definições foi publicada no órgão sindical do partido, *A Internacional*: “As diversas ditaduras estabelecidas já, ou no choco em diversos países da Europa são simples manifestações do mesmo fenómeno ‘fascista’, com as características e adaptações peculiares específicas de cada país”⁴⁷.

Apesar das ambiguidades na sua terminologia, o marco interpretativo geral do PCP foi relativamente coerente e pode ser resumido como uma crise profunda em todos os níveis da sociedade, que levava à crescente coesão e radicalização das direitas, carentes, contudo, de uma base popular ativa em Portugal, o que tornava o exército a sua principal alavanca para impor uma ditadura que imitasse os regimes italiano e espanhol. O PCP esperava poder tirar partido desse mesmo clima de instabilidade, numa conjuntura cujo desfecho não estava predeterminado. Nem o PCP nem a IC, porém, nunca previram que a “ditadura das direitas” pudesse estabelecer-se durante décadas, como aconteceria.

⁴⁶ RGASPI, 495/179/21/52, Rates à IC, 4 de outubro de 1924.

⁴⁷ “Ditadura e frente única”, *A Internacional*, 19 de janeiro de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2* 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

O 28 de maio

O PCP foi a organização operária que levou mais a sério a ameaça ditatorial em Portugal, e que mais insistentemente denunciou o golpe que estava a ser preparado (Telo, 1980, vol. 2, pp. 129-30). Por azar, o seu segundo congresso, que foi adiado várias vezes, coincidiu com o golpe de 28 de maio, o que permitiu ao partido emitir um comunicado de denúncia contundente e um chamado à resistência mediante a greve. Os protestos do PCP foram em grande medida platónicos. O partido encontrava-se numa situação de extrema fraqueza, tendo apenas uns 150 militantes enquadrados numa organização muito laxa. Carlos Rates, quem fora o seu secretário-geral desde novembro de 1923, foi expulso em outubro de 1925 após ter aceitado um emprego no jornal *O Século*. Como reconhecia a IC, “o Partido Comunista representa só uma pequena minoria. Consequentemente, a proclamação de uma greve pelo Partido na esteira da revolta de maio de 1926 não teve consequências”⁴⁸. Ao mesmo tempo, as outras organizações operárias do país, a CGT e o PS, adotaram uma atitude cautelosa e hesitante perante o regime militar, mantendo-se à “expetativa” e recusando os chamados à ação do PCP (Telo, vol. 2, 1980, pp. 122-136).

Após o golpe, a direção do PCP trocou várias cartas com a alta patente da IC, nomeadamente com o comunista italiano Palmiro Togliatti. Seguramente, nestas pôde ter sido debatida a natureza do regime militar e a postura do partido perante a nova situação. Infelizmente, não consultei esta correspondência na minha última viagem a Moscovo, sendo que aparece no catálogo do Arquivo de História Social de Lisboa (caixa 1, maço 9). Só depois pude comprovar que este maço está desaparecido, apesar de aparecer no catálogo.

Em qualquer caso, a IC expôs a sua análise da situação no seu órgão, a *Inprecor*. É sintomático que demorasse um ano em dedicar um artigo a Portugal, refletindo o caráter periférico do país no olhar da IC. Com efeito, esse primeiro balanço apareceu como consequência da intentona republicana de fevereiro de 1927. Também é significativo que esta análise fosse escrita não por um português, mas pelo comunista húngaro Gyula Sas (usando o pseudónimo Giulio Aquila), que, porém, claramente se inspirou nos numerosos relatórios do PCP. Para Sas, o pano de fundo do golpe de Estado eram as divisões entre diferentes frações

⁴⁸ Aquila, Giulio, “Military Revolt in Portugal”, *International Press Correspondence*, VII série, n. 14, 17 de fevereiro de 1927, p. 285.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

da burguesia, nomeadamente entre a antiga média e pequena burguesia, alicerces do regime republicano, e a grande burguesia surgida durante a guerra, de tendência republicana conservadora, aliada com os latifundiários, representados pelos monárquicos. Estes conflitos foram agravando-se devido à profunda crise económica do pós-guerra. As organizações operárias não jogavam um papel independente, devido à política de colaboração de classes dos socialistas, à “neutralidade” dos anarquistas e à fraqueza do PCP. O deslocamento de Gomes da Costa pelo General Carmona representou, aos seus olhos, a reafirmação da supremacia do grande capital face aos agrários no novo regime. O seu artigo não define o novo regime como fascista. Pelo contrário, toda a sua análise apresenta um regime militar clássico, bonapartista, em sintonia com a tradição golpista portuguesa⁴⁹. A análise da IC sobre a realidade portuguesa claramente foi influenciada pelas interpretações do PCP, o que põe em causa a visão da IC como uma organização hipercentralizada, onde Moscovo impunha os seus critérios unilateralmente. Embora a IC tirasse as suas próprias conclusões sobre os acontecimentos, estas estavam fortemente influenciadas pelas dezenas de cartas e relatórios que o PCP foi enviando ao longo dos anos.

Uns meses mais tarde, a *Inprecor* dava a palavra a um comunista lisboeta, assinando com o pseudónimo Claro. A análise tornava-se aqui muito mais escura. “Em Portugal, os fascistas hoje têm o controlo. O atual Governo é apoiado pelos piores grupos reacionários do país. No ano passado, a casta militar derrubou a República democrática e esmagou a resistência da classe operária”, escrevia Claro. As suas explicações sobre as origens do golpe eram, porém, muito vagas, apontando apenas à “questão do monopólio do tabaco”, que, com efeito, foi o catalisador imediato do golpe de Gomes da Costa. “A grande empresa capitalista tabaqueira, procurando o necessário «espaço» para a sua indústria, iniciou esta Revolução de Estado [sic]”, explicava o comunista português⁵⁰.

Esta linha interpretativa, que apresentava o regime de Carmona como uma ditadura fascista, desenvolver-se-ia nas análises subsequentes da IC, sobretudo após o VI congresso da IC que inaugurou o seu “terceiro período” marcado pela impressão que o capitalismo tinha entrado na sua “crise final” (Wolikoff, 2010, pp. 81-86). Numa longa carta ao PCP escrita por André Marty em outubro de 1932, explicava-se: “A ditadura militar fascista de Carmona foi

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Claro, “Labour Movement in Portugal”, *International Press Correspondence*, VII série, n. 73, 29 de dezembro de 1927.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

instaurada em 1926, com o objetivo de quebrar a luta das amplas massas populares”. Marty justificava extensamente a definição da ditadura como fascista:

“A ditadura, com a ajuda de todo o aparelho coercivo do Estado e também através da organização do seu partido político –a União Nacional– e das suas brigadas de assalto fascistas – a Liga de 28 de Maio – exerce um terror brutal contra os trabalhadores revolucionários e os camponeses, em primeiro lugar contra o partido comunista [...]. Muitos revolucionários foram mortos e milhões [sic] foram deportados para as colónias de África e da Oceânia e encerrados em prisões. [...] Nenhuma organização política goza de existência legal no país, exceto o partido da ditadura e o partido socialista”⁵¹.

O acirramento da ditadura e a sua evolução num sentido abertamente fascista explicava-se, aos olhos da IC, pelo facto de ela ter-se formado “numa altura de relativa estabilização do capitalismo”. Porém, com o início da Grande Depressão, a sua situação tornava-se mais complicada. O regime era “obrigado a reforçar a sua demagogia social e política paralelamente ao terror branco”:

“É por isso que prepara precisamente agora a inauguração de um parlamento fascista com base na «representação corporativa», que só é na realidade a representação dos vários grupos das classes dominantes. A nova constituição e o código do trabalho em preparação defendem a fascistização e a aniquilação das últimas organizações sindicais operárias que mantiveram a sua legalidade até agora, para empreender um novo ataque contra a classe trabalhadora”⁵².

Esta perspectiva verificar-se-ia nos meses seguintes, com o ascenso de Salazar e a criação do Estado Novo sobre bases abertamente fascistas, um regime que (facto nunca previsto pelos comunistas) se manteria no poder durante quase cinquenta anos.

Conclusão

A análise comunista da crise da Primeira República e o ascenso da ditadura em Portugal representou a primeira tentativa de estudar a vida política portuguesa de forma sistemática através de uma ótica marxista, durante uma das fases mais turbulentas da sua história. Esta ótica não era autóctone, mas se inspirava nos posicionamentos da IC. Porém, os principais elementos da interpretação comunista da realidade portuguesa vieram do próprio PCP e não da IC, que geralmente se limitou a comentar, emendar e desenvolver as análises da sua secção portuguesa.

⁵¹ AHS-IC, 1/3/46, André Marty ao PCP, 29 de outubro de 1932.

⁵² AHS -IC, 1/3/46, André Marty ao PCP, 29 de outubro de 1932.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Partindo de uma perspectiva materialista, os comunistas portugueses ligaram a crise da República às consequências da guerra, que abalou profundamente a sociedade portuguesa. Durante a guerra, o capitalismo nacional modernizou-se, formando-se uma grande burguesia industrial e financeira enfrentada à burguesia média que tinha protagonizado a revolução de 1910. Ao mesmo tempo, a guerra deu um forte ímpeto ao movimento operário português, o que polarizou ainda mais a política do país. A crise financeira do pós-guerra veio aprofundar a instabilidade política. Formou-se um bloco autoritário que unia os agrários e o grande capital, e que usou o exército para impor o seu programa para pôr cobro à crise em detrimento da classe trabalhadora e da pequena e média burguesia. Embora o PCP hesitou em chamar este bloco reacionário de fascista, sem dúvida continha elementos incipientes do fascismo que se iriam desenvolvendo após o 28 de maio. Porém, o PCP nunca foi fatalista, considerando que as multidões descontentes, incluindo a pequena burguesia e o campesinato do Norte, podiam ser ganhas ao programa comunista. Foi fundamentalmente a inexperiência, divisão e esgotamento do movimento operário, onde os comunistas eram uma força minoritária, o que facilitou o ascenso da ditadura.

Estas interpretações, enriquecidas por numerosos dados e estatísticas, são de grande valor para os historiadores. Apesar da debilidade do partido, o seu contributo ao debate sobre a crise da República foi significativo, ao introduzir no país novos elementos de análise política, inspirados pelo marxismo. Como assinala José Pacheco Pereira (1993, p. 55), o PCP contribuiu à mudança do quadro interpretativo português ao fornecer “referentes [que] são cada vez menos os que tinham atravessado a 1ª República, mas os da oposição fascismo-comunismo”. Ao mesmo tempo, este estudo mostra que as categorias do “confusionismo” e da “heterodoxia” usadas pelos historiadores não são as mais úteis para estudar o PCP nos seus primeiros anos, e que têm toldado a riqueza das suas análises. Do mesmo jeito, este estudo reforça a ideia da “autonomia relativa” das secções da IC face a Moscovo, ideia que tem ganho corpo na historiografia nos últimos anos (e.g., Drachewych and MacKay 2020). O PCP, apesar da sua fraqueza, era capaz de aplicar o marxismo e as orientações de Moscovo de forma bastante original, autónoma e inteligente à realidade portuguesa, influenciando ao mesmo tempo as posições de uma IC que pouco sabia sobre as realidades deste país. Este pequeno partido iniciava assim uma tradição marxista em Portugal que se iria desenvolvendo até os nossos dias.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Referências bibliográficas

- ALBANESE, Giulia (2016), *Dittature Mediterranee. Sovversioni fasciste e colpi di Stato in Italia, Spagna e Portogallo*, Laterza, Roma.
- CUNHA, Adelino (2023), *Para que serve o PCP? Os anos da fundação*, Lisboa, Desassossego.
- DRACHEWYCH, Oleksa e MCKAY, Ian (2020), *Left transnationalism: The Communist International and the National, Colonial and Racial Questions*, Montreal, Mc Gill Queen University Press.
- DREYFUS, Michel, et al. (2000). *Le Siècle des communismes*, Paris, Atelier.
- FAYET, Jean-François (2015), “1919”, in Stephen A. Smith (editor), *The Oxford Handbook of the History of Communism*, Oxford, Oxford University Press.
- FREIRE, João (1992), *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais : o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento.
- LEAL, Cunha (1926), *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa, Brandão, 1926.
- MADEIRA, João (2012), *História do PCP*, Lisboa, Tinta-da-China.
- MARTINS, Susana (2005), *Socialistas na oposição ao Estado Novo: um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*, Cruz Quebrada, Casa das Letras.
- PACHECO PEREIRA, José (1993), *A sombra: estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva.
- PACHECO PEREIRA, José (2021), “Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917”, in José Neves (editor), *Partido Comunista Português, 1921-2021: Uma antologia*, Lisboa, Tinta-da-China.
- PALACIOS CEREZALES, Diego (2011), *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-China.
- PALACIOS CEREZALES, Diego (2012), “Desorden y Estado fuerte en la Primera República portuguesa”, *Ayer*, IV série, vol. 88, pp. 75-98.
- PEDRO PITA, André (2021), “O marxismo na constituição ideológica do PCP”, in José Neves (editor), *Partido Comunista Português, 1921-2021: Uma antologia*, Lisboa, Tinta-da-China.
- PEREIRA, Joana Dias (2010), “A ofensiva operária”, in Fernanda Rollo; Fernando Rosas (editores), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China.
- TELO, António José (1977), *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2* 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

TELO, José António (1980), *Decadência e queda da I República portuguesa*, vols. 1-2, Lisboa, Regra do Jogo.

RADEK, Karl (1922), “Report on the capitalist offensive”.
<https://www.marxists.org/archive/radek/1922/radek02.htm> [consultado em 21-06-2024]

ROSAS, Fernando (1989), “A crise do liberalismo e as origens do «autoritarismo moderno» e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope: revista de história e ciências sociais*, vol. 2, pp. 97-114.

ROSENHAFT, Eve (2008), *Beating the Fascists? The German Communists and Political Violence*, Cambridge, Cambridge University Press.

SPRIANO, Paolo (1967), *Storia del Partito Comunista Italiano. I: Da Bordiga a Gramsci*, Turim, Einaudi.

TOSSTORFF, Reiner (2016), *The Red International of Labour Unions (RILU)*, Leiden, Brill.

TROTSKY, Leon (1932), “How Mussolini triumphed”
<https://www.marxists.org/archive/trotsky/works/1944/1944-fas.htm#p2> [consultado em 21-06-2024]

WOLIKOW, Serge (2010), *L'Internationale communiste (1919-1943): Le Komintern ou le rêve déchu du parti mondial de la révolution*, Paris, L'Atelier.

ZINOVIEV, Grigory (1920), “First session of the Second Congress of the Communist International”
<https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch01.htm> [consultado em 23-06-2024].